

Victor Corrêa*

Vende-se saúde mental

Diante de um problema, quase sempre surge uma solução sob medida. Quase sempre com pompa, como se fosse a descoberta do milênio. E, não raro, transformada em oportunidade de negócio.

Diante da divulgação cada vez mais frequente de dados alarmantes sobre a saúde mental dos trabalhadores brasileiros, multiplicam-se consultorias e plataformas que se vendem como modernas, inovadoras e à frente do seu tempo, oferecendo respostas aparentemente rápidas para um sofrimento que, muitas vezes, é produzido no próprio ambiente de trabalho.

O ponto central é que, dentro de muitas organizações, a lógica de trabalho permanece a mesma. Há casos em que a empresa sequer assina a carteira de trabalho. Propõe contrato como pessoa jurídica, embora a rotina siga sendo presencial, com horário, metas e subordinação.

Como benefício, oferece mesas de totó, chocolate à disposição na copa, sessões de terapia, convênios com academias, plataformas de meditação e programas de bem-estar. É uma espécie de marketing do bem-estar que, por si só, não altera a forma como as pessoas são tratadas no trabalho.

Um ambiente de trabalho saudável não se constrói com um bombom sobre a mesa a cada meta batida.

A questão está na forma como essas plataformas passam a ser vendidas como solução para o absentismo, os afastamentos por saúde mental e a alta rotatividade nas equipes — e, muitas vezes, compradas pelas organizações como se bastasse separar uma parte do orçamento para esse “negócio da saúde mental” e, com isso, considerar o problema resolvido.

As plataformas, por sua vez, frequentemente se tornam a primeira porta de entrada para que o funcionário consiga colocar para fora, diante de um psicólogo, aquilo que sente, seja em relação à vida profissional, seja na esfera pessoal. O problema não está nelas em si, mas na distorção que ocorre quando esse cuidado passa a funcionar como substituto da revisão das práticas internas.

Nem sempre o adoecimento no trabalho se manifesta de forma explícita. O assédio moral não precisa vir acompanhado de gritos histéricos, humilhações públicas ou ameaças abertas. Muitas vezes, ele opera de for-

ma silenciosa: na exclusão de reuniões, na ausência deliberada de retorno, na retirada progressiva de funções e no isolamento cotidiano de quem passa a ser silenciado.

A empresa possui algum espaço real de escuta para seus funcionários, inclusive para críticas, sem que isso produza medo de retaliação?

Por que terceirizar o cuidado, contratando plataformas e serviços de acolhimento psicológico, se a própria organização não se dispõe a ouvir aquilo que ajuda a produzir?

Em grandes empresas, canais como Compliance e Ouvidoria deveriam funcionar como instâncias confiáveis para ouvir denúncias, mediar conflitos e apurar condutas abusivas. Na prática, nem sempre é assim.

O profissional de nível operacional procura o setor para relatar uma conduta que considera abusiva, atribuída ao seu chefe direto. A princípio, é recebido de forma afável. Oferecem café, acolhem, escutam. Por um instante, acredita que finalmente será ouvido.

Meses depois, vem o desligamento, quase sempre justificado por argumentos genéricos, como desempenho ou reestruturação.

Os números mais recentes ajudam a dimensionar a gravidade do problema. Em 2025, o Tribunal Superior do Trabalho registrou 142.814 novos processos por assédio moral, um aumento de 22,3% em relação ao ano anterior. Esse não é um dado isolado. É um sinal de alerta sobre a forma como as relações de trabalho seguem sendo conduzidas.

Gestores também atravessam vulnerabilidades, inseguranças e instabilidades. Também são trabalhadores. Não se trata de transformá-los em vilões. Muitos erros são cometidos sem que sequer se perceba o equívoco, muitas vezes por inexperiência no cargo ou pela ausência de preparo para lidar com pessoas e conflitos.

Cabe às organizações, portanto, investir em boas práticas de gestão e formação de lideranças, para que esses profissionais possam replicá-las junto às equipes.

A cultura da empresa dificilmente será construída por consultorias e prestadores de serviço. Nem todo problema pode ser terceirizado.

***Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela FGV**

Barros Miranda*

Ormuz, a chave do fim da guerra

O Estreito de Ormuz desempenhou um papel estratégico central em qualquer cenário de desescalada de tensões entre Irã e Estados Unidos, especialmente devido à sua relevância para o comércio global de energia. Trata-se de uma das rotas marítimas mais importantes do mundo, por onde transitou uma parcela significativa do petróleo exportado pelos países do Golfo Pérsico. Assim, qualquer instabilidade na região impactou diretamente os mercados internacionais, pressionando economias e ampliando o interesse global por uma solução diplomática para o conflito.

Durante períodos de tensão, o risco de bloqueio ou militarização do estreito elevou os preços do petróleo e gerou insegurança nas cadeias de abastecimento. Esse fator funcionou como um elemento de pressão não apenas sobre os países diretamente envolvidos, mas também sobre potências econômicas dependentes dessas rotas, como nações europeias e asiáticas. Dessa forma, o Estreito de Ormuz tornou-se um ponto sensível cuja estabilidade passou a ser vista como essencial para a segurança econômica mundial.

No contexto de um eventual processo de paz, a garantia da livre navegação no estreito representou

uma condição fundamental. Para o Irã, o controle geográfico da região sempre foi um trunfo estratégico, enquanto para os Estados Unidos, assegurar a circulação marítima significou proteger interesses econômicos e aliados na região. A negociação em torno desse equilíbrio contribuiu para abrir canais de diálogo, ainda que indiretos, entre as partes.

Além disso, a relevância do estreito incentivou a atuação de organismos internacionais e mediadores externos, que buscaram evitar uma escalada militar mais ampla. A necessidade de preservar essa rota vital ajudou a reforçar a ideia de que uma solução diplomática era mais vantajosa do que o prolongamento do conflito.

Assim, o Estreito de Ormuz não apenas simbolizou um ponto de tensão, mas também se consolidou como um elemento-chave para a construção de entendimentos. Sua importância econômica e geopolítica ajudou a criar condições para a redução das hostilidades, demonstrando como fatores estratégicos podem influenciar diretamente os caminhos para a paz em conflitos internacionais complexos.

***Jornalista e Historiador**

Leonardo Boff*

O sonho de um homem ridículo

Seguramente algum leitor ou leitora estranhará este título. Mas ele conserva atualidade exatamente pela verdade oculta que contém, expressa por ninguém outro que por Fiódor Dostoiévski. É o título de sua narrativa fantástica de 1877 O sonho de um homem ridículo. Qual é esse sonho? Ele responde:

“Se todos quisessem, num instante tudo mudaria na terra”.

É exatamente o que falta no nosso mundo: esse sonho de um homem nada ridículo que poderia nos salvar: se todos quisessem a mesma coisa. Mas a grande maioria não quer. Não obstante, um dia ele foi sonhado em 11 de dezembro de 2015 durante a COP21 em Paris. É o famoso Acordo de Paris, assinado por praticamente por todos os países que compõem a ONU (195). Todos se comprometeram em reduzir os gases de efeito estufa e assim frear o aquecimento do planeta.

Todos quiseram. No entanto quase ninguém tornou esse sonho realidade. Se todos de fato quisessem cumprir sonho do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais (1850-1900) teríamos mudado a Terra. Teríamos evitado as catastróficas enchentes, as severas estiagens, as tremendas nevascas, os furacões e os tornados que ocorreram nos anos após 2015. A meta era manter o aquecimento abaixo de 2°C, se estabilizando em 1,5°C por volta de 2030.

Por que nem todos quiseram, a Terra não mudou. Em 2024/2025 superamos o limite de 1,5°C, chegando a 1,6°C. A continuar a emissão de gases de efeito estufa pelo fato de alguns grandes países como os EUA, a Índia e a China optarem pelo uso do carvão junto com o petróleo, produtores de efeito estufa, se frustrou o sonho do Acordo de Paris. Eles não quiseram. Fizeram-se negacionistas, como principal deles Donald Trump.

A seguir esta tendência, dizem especialistas, chegaremos nos anos 2030-2035 próximos a 2°C ou mais. Muitos seres humanos, idosos e crianças, terão dificuldade de se adaptar e não subsistirão. Pior ainda pode ocorrer com a natureza, afetando pesadamente a falta de água e da biodiversidade com a dizimação de milhares de espécies.

Conclusão: Se todos tivessem querido o Acordo de Paris, se cumpriria a profecia de Dostoiévski: tudo teria mudado, num momento, na Terra. Ao invés de melhorar, tudo piorou.

Por que não não tomamos a sério o sonho do Acordo de Paris com 195 signatários? Porque não mostramos boa vontade, a única virtude que nos teria salvo e ainda poderá nos salvar. Não sou eu

quem o afirma. É Immanuel Kant, o mais exigente pensador da ética no Ocidente moderno.

Em sua Fundamentação para uma metafísica dos costumes (1785) assevera: “Não é possível se pensar algo que, em qualquer lugar no mundo e mesmo fora dele, possa ser tido irrestritamente como bom senão a boa vontade (der gute Wille)”. Traduzindo seu difícil linguajar: a boa vontade é o único bem que é irrestritamente bom e ao qual não cabe nenhuma restrição. A boa vontade ou é só boa ou não é. Para Kant a boa-vontade é a virtude suprema, sendo a única coisa no mundo boa por si mesma.

Todas as virtudes têm a sua falta ou o seu excesso: assim a coragem excessiva é ousadia, ter generosidade demais é a prodigalidade; a modéstia demasiada é inibição. Todas as virtudes, sem exceção, possuem seu contraponto, seja em excesso seja em carência.

Somente a boa vontade não tem defeito nenhum. Se tivesse alguma sombra ou restrição não seria boa. No fundo, todas as virtudes (o viver corretamente) estão referidas à boa vontade, como aliás enfatizava Kant.

Há aqui uma verdade com consideráveis consequências práticas. Por exemplo, nas negociações de paz entre Rússia e Ucrânia ou entre Israel e a Palestina, ou entre EUA e Irã, se não houver boa-vontade de ambos os lados, jamais se chegará a um acordo de paz. Quer dizer, não posso maliciar tudo, colocar tudo sob suspeita e desconfiar de tudo. A boa vontade e a mútua confiança devem se constituir como base comum. Sem a boa vontade nada se construirá de sustentável, de sólido, aquilo que não se evapora no ar.

Encontramo-nos em momentos críticos e perigosos, como nunca em nossa história anterior. Podemos nos autodestruir. As potências militaristas disputam a hegemonia do mundo. E o fazem numa feroz competição sem qualquer laivo de cooperação e cuidado para com o planeta Terra e nosso futuro comum. Não é impossível “a mútua destruição assegurada”, levando junto a vida humana.

Em situações assim devemos desentranhar de dentro de nós o que pertence ao nosso ser humano: a capacidade de ativar a boa-vontade e pô-la em prática. Ou o fazemos ou arriscamos o futuro de nossa existência nesse pequeno e esplêndido planeta Terra, nossa única Casa Comum.

***Leonardo Boff escreve para a revista do ICL LIBERTA (<https://www.revistaliberta.com.br>); escreveu também Homem: satã ou anjo bom, Record 2008 (site:leonardoboff.org)**